



## CABRAL: ANTES E DEPOIS DO ACHAMENTO DO BRASIL

*Quem tem azar no mar a ele não deve voltar!*

Vasco MARIZ

Pedro Álvares Cabral é um nome conhecido por quase todos os brasileiros e muitos portugueses. Os cronistas e historiadores portugueses ao longo do tempo não deram muita atenção ao descobridor do Brasil e só no fim do século XIX é que passaram a investigar a sua vida e a verdadeira significação de sua viagem à Índia e da sua descoberta do Brasil. Já era tarde demais, os documentos desapareceram com o tempo e a realidade é que não se sabe exatamente nem sequer a data de seu nascimento, nem de sua morte, além de vários pormenores importantes de sua vida. Ao final do século XX, poucos anos antes das comemorações dos 500 anos da descoberta, os historiadores fizeram um esforço supremo, em vão, para descobrir fatos sobre a vida de Cabral que alterassem as informações disponíveis. Cabe, no entanto, bastante espaço para especulações sérias e é o que farei neste ensaio.

Ele não podia usar o sobrenome Cabral, reservado apenas ao seu irmão mais velho, o morgado – como se dizia e ainda se diz em Portugal – quando foi escolhido para chefiar a maior expedição marítima da época, em 1499, com 10 naus e 3 caravelas. O rei D. Manoel, o Venturoso, utilizou no documento de nomeação o nome de *Pedr'Álvarez Guouveia*. É verdade que isso só ocorreu nos dois primeiros instrumentos, mas já na carta escrita pelo monarca aos seus sogros reis da Espanha a 29 de julho de 1501, ele já utilizou o sobrenome Cabral referindo-se ao navegador. Em

outros documentos também já aparece o sobrenome Cabral. Aliás, o chamado “Piloto Anônimo”, no primeiro texto publicado sobre a viagem de Cabral, de 1507, menciona o sobrenome Cabral.

Sua mocidade tem numerosos pontos obscuros e, depois de seu *achamento* do Brasil e de sua espetacular viagem à Índia, bem pouco se sabe sobre a sua maturidade. Os organizadores do livro *Os primeiros 14 documentos relativos à armada de Pedro Álvares Cabral*, publicado em 1999 pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, confirmam: “dele pouco se sabe”. Mas afinal quem foi Pedro Álvares Cabral? Por que sua imagem se apagou tanto no decorrer dos séculos? O seu retrato habitualmente reproduzido, um medalhão no Mosteiro dos Jerônimos, em Lisboa, seria verdadeiro e ele mesmo já o viu pronto e julgou a sua barba “demasiado pontuda”... Max Justo Guedes reproduziu, em seu belíssimo livro sobre o descobrimento do Brasil, um painel situado na Sé de Vizeu, *Adoração dos Reis Magos*, do famoso pintor Grão Vasco, onde a figura ajoelhada seria Cabral. Vamos tentar desvendar alguns de seus mistérios, mas desde já não prometo muito.

A bibliografia hoje é numerosa, mas persistem várias perguntas no ar. Agora ilustres historiadores portugueses preocupam-se com ele, mas quem talvez melhor escreveu sobre o personagem e sua viagem à Índia foi o estudioso norte-americano William Brooks Greenlee, que publicou em Londres, em 1938, o livro *The Voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India from Contemporary Documents and Narratives*. No Brasil, o livro mais completo sobre o assunto foi publicado em 1999 por Walter Galvani – *Nau Capitânia*. Não é uma obra rigorosamente acadêmica, quase romanceada, pois Cabral por vezes fala na primeira pessoa. Entretanto, o autor pesquisou durante quase cinco anos em Portugal e Espanha sobre o assunto e o volume de informações é excelente. Também em 1999 Paulo Roberto Pereira, publicou *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*, que merece toda a atenção por se tratar de documentos. Vamos seguir o roteiro de Greenlee, que é preciso e conciso, enriquecendo-o com achegas de outros cronistas e historiadores. Grandes vazios persistem, o que nos permite especular cautelosamente e dar asas à nossa imaginação. Os leitores tirarão suas conclusões.

Pedro era o filho segundo de Fernão Cabral, de família nobre. Teria nascido em 1468 ou 1469, em Belmonte, na Beira, na época um vilarejo de uma centena de habitantes apenas, que fica a mais de 300 km de Lisboa, então distância considerável que levava muitos dias de marcha para percorrer. Pedro teve nada menos de dez irmãos: quatro rapazes e seis moças, além de outro irmão bastardo. Seu pai era um fidalgo que foi alcaide – mor de Belmonte e da Guarda, corregedor de justiça das comarcas da Beira e de Ribacoa, e membro do Conselho Real. Assim, Pedro foi criado na austeridade da região serrana das Beiras e, tal como seu pai – conhecido como o gigante da Beira – ele era também um rapaz alto e forte. Nascera em uma abastada casa e seus antepassados haviam realizado notáveis feitos de bravura registrados na história de Portugal, de que Pedro foi ensinado a orgulhar-se. Sua mãe, Isabel de Gouveia, era uma rica herdeira, filha de João Gouveia, alcaide de Castelo Rodrigo. Ele devia recordar-se, quando tinha 7 ou 8 anos, das providências tomadas por seu pai para organizar em sua província as forças que o príncipe D. João levou da Guarda para Castela, em auxílio a D. Afonso V, que lutava pela coroa espanhola.

Era praxe da alta nobreza da época enviar seus primogênitos à corte, em Lisboa, a fim de receberem a educação própria da classe. É claro que essa educação era limitada e se resumia em cultura geral da época, aprendizado das armas e como comportar-se no cerimonial da corte. Seu irmão primogênito João Fernandes Cabral, o precedera na corte. Pedro lá chegou em 1478 aproximadamente, isto é, com dez anos de idade apenas. Em 1484, um ano depois da morte de sua mãe, aos dezesseis anos de idade, já estava entre os moços fidalgos da casa de D. João II sob o número 37, em uma lista de 54 rapazes. Recebia mil reis mensais (essa era a moeda da época), inclusive moradia. O que sucedeu depois é o primeiro mistério da vida de Cabral, isso se aceitarmos o ano de 1468 como sua data de nascimento (outros autores afirmam que nascera em 1469). Aos dezoito anos de idade, foi promovido a escudeiro da Casa Real e, em 1488 ou 1489, afirma Max Justo Guedes,

*“tanto o primogênito quanto Pedro Álvares ganharam as esporas de cavaleiros, o que deve*

*ter acontecido em Marrocos, talvez em Arzila, e receberam então a tença de conjunta de 26.000 réis.”<sup>1</sup>*

Ocorreu então um fato importante em sua vida: Pedro foi contaminado em Marrocos pela malária, enfermidade que o atormentou até o fim de sua vida. A malária lhe provocava fortes dores de cabeça, visão turva, febre e tremores., que surgiam regularmente, sem esperança de cura. Dizem os historiadores que, em Calicute, por ocasião do resgate dos sobreviventes do assalto à feitoria, foi tomada da importante decisão sobre se deviam bombardear a cidade ou não, ele estava atormentado por forte crise de malária e isso pode ter afetado a clareza de sua mente. O leitor deve reter este pormenor de que Cabral sofria de ataques regulares de malária, o que pode ter sido fator crucial para o seu destino tão ingrato.

Em 1494, faleceu o pai de Cabral e o morgado João Fernandes assumiu o castelo, o solar e a administração dos bens. Pedro tinha 25 ou 26 anos de idade. A 6 de maio daquele ano, os dez filhos de Fernão e Isabel de Gouveia encontraram-se para decidir a herança paterna, mas não houve disputa entre eles. A cada um tocou uma boa renda, informa Walter Galvani. Com a morte de João Fernandes em 1516, Pedro assumiu a direção dos negócios da família e teve formalmente o direito de utilizar o nome de Pedro Álvares Cabral.

Parece segura a notícia de que ele combateu em Ceuta e no Marrocos como oficial superior e lá se feito notar por sua bravura, mas não há pormenores disso. Portanto, como ele esteve no norte da África, fez pelo menos duas viagens marítimas de ida e volta. Menciono este fato porque li em alguma fonte que Pedro jamais teria pisado em uma nau antes de partir para a Índia. Ora isso não parece aceitável, pois como entender que o capitão-mor de uma caríssima expedição com 13 velas, muitas delas comandadas por veteranos como Bartolomeu Dias – que havia descoberto o cabo da Boa Esperança – ou Nicolau Coelho – um dos comandantes da frota de Vasco da Gama – se nada conhecesse de marinaria? Parece-me um contra-senso que o chefe da maior expedição marítima enviada por

---

<sup>(1)</sup> Guedes, Max Justo – *O Descobrimento do Brasil*, Lisboa, 2000, página17.

Portugal ao Oceano Atlântico fora um neófito dos mares! Embora fosse um nobre, que respeito receberia de seus principais subordinados?

Persiste porém o grande mistério: por que motivo teria Cabral sido escolhido para chefiar uma missão de tanta responsabilidade? Pedro não era um almirante, mas ia comandar os melhores capitães de Portugal e, portanto, deveria ter evidentes qualidades de inteligência, firmeza, competência, seriedade, prudência e coragem para fazer-se respeitar por seus comandados nos momentos difíceis do percurso. Pedro devia saber como impor respeito a capitães e marinheiros, em uma época em que eram freqüentes as rebeliões e motins a bordo, pelos motivos mais variados. Em suma, Pedro foi escolhido pelo rei D. Manuel, mas devemos concluir que deve também ter recebido o respaldo dos grandes da corte e dos navegadores experimentados. O próprio Vasco da Gama o teria indicado ao monarca. Afinal aquela era a maior expedição já organizada em Portugal, com gastos enormes, e que teria a importantíssima missão de estabelecer relações permanentes com o Samorim de Calicute, lá instalar uma feitoria portuguesa e iniciar uma corrente de comércio que iria enriquecer o país, acabando com o monopólio de Veneza, Gênova e Florença, as cidades-estado que controlavam o comércio das especiarias, e o predomínio dos mercadores árabes. O almirante Max Justo Guedes lembrou-me também que, em geral, o capitão-mor das grandes armadas lusitanas da época era uma grande personalidade, de família nobre, que exercia uma espécie de comando político em nome do rei, ao passo que as responsabilidades da navegação cabiam aos pilotos e aos mestres.

A expedição de Cabral era, portanto, muito mais ambiciosa do que aquela dirigida por Vasco da Gama, que se destinara apenas a descobrir o caminho das Índias, explorar as possibilidades de comércio com a região e trazer amostras das mercadorias que seriam negociadas. Então – é claro – havia razões de peso para confiar tanta responsabilidade nos ombros do jovem senhor Gouveia. Destarte, podemos concluir que ele seria mesmo uma personalidade digna do maior respeito e possuidor de qualidades indiscutíveis, ou então D. Manoel teria escolhido Bartolomeu Dias ou outro capitão experimentado. Lembro que Vasco da Gama escusou-se a partir alegando cansaço, intenção de casar-se e saúde precária

no momento, mas D. Manuel comprometeu-se por escrito que, em outra oportunidade, ele seria o comandante da próxima armada.

*“Pedr’Álvares, como o chamavam os amigos, inspirava confiança pela sua seriedade. Muito compenetrado, parecia mais velho do que era. Logo atraía as atenções pela elevada estatura, a esbelteza, os longos cabelos e as pernas compridas., tortas pelo hábito de cavalgar. (...) D.João II nele prestara atenção, tanto que fizera uma observação a seu secretário Garcia de Rezende, dizendo: “homem fidalgo de bom saber, muito auto. Moço avisado, mas muito afável e educado.”<sup>2</sup>*

D. Diogo Diniz, bispo de Ceuta, ao pregar na missa que antecedeu a partida da grande frota para a Índia, elogiou suas proezas na África. Nessa ocasião ele já havia recebido o hábito da Ordem de Cristo sete anos antes, com uma tença – pensão permanente – de 40.000 réis. No entanto, já se escreveu que Pedro foi escolhido por D. Manuel “sem que se conheçam os serviços concretos por que recebe privilégios e é chamado para o exercício de cargos honrados”. As considerações acima parecem contradizer tal afirmação.

Creio, assim, que não é ousado afirmar que o senhor Pedr’Álvares de Gouveia tinha mesmo amplos méritos que levaram à escolha do seu nome, sem maiores objeções, embora ele não fosse exatamente um homem-do-mar e tivesse apenas 32 anos de idade na época da partida para a Índia. Anos mais tarde, o grande Afonso de Albuquerque chamou-o de “homem avisado” e Gaspar Correia, considerou-o “de bom saber, muito auto para isso”.. Não foi, portanto, por simples pistolão político ou nobiliárquico – ele nem morgado era – que Pedro foi nomeado capitão-mor de tão numerosa e custosa frota.

O ilustre historiador português Jaime Cortesão comenta:

---

<sup>(2)</sup> Galvani, Walter – *Nau Capitânia*, Rio de Janeiro, 1999, página 62.

*“Como pessoa culta, não seria inteiramente desconhecedor dos problemas relacionados com a navegação, tão apaixonantes então em Portugal, embora tudo leve a crer que anteriormente ao grande feito imortalizador de seu nome não tenha efetuado outras viagens marítimas, além das minguadas distâncias que de Portugal separam os portos de Marrocos. E isto porque é de crer que em terras marroquinas teria praticado os serviços e demonstrado os merecimentos assinalados na carta régia de 13 de abril de 1497”.*<sup>3</sup>

Falta salientar que Cabral era muito religioso e devoto de Nossa Senhora da Esperança, cuja imagem ele levou em sua viagem e que ainda existe em uma capela franciscana de Belmonte.

Três dos navios de Gouveia eram caravelas redondas. Uma delas, a *Annunziata*, era a mais veloz e pertencia a D. Álvaro de Bragança e ao armador florentino Bartolomeo Marchioni; outra era de propriedade do nobre português D. Diogo da Silva e Menezes; as demais foram armadas pelo próprio governo português. Os melhores pilotos estavam a bordo e o comandantes eram Bartolomeu Dias, seu irmão Diogo, Pero de Ataíde, Nicolau Coelho (que havia acompanhado Vasco da Gama à Índia), o espanhol Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Nuno Leitão da Cunha, Vasco de Ataíde, Aires Gomes da Silva, Simão de Pina, Luiz Pires e Gaspar de Lemos, segundo o Livro das Armadas na Biblioteca da Ajuda. O substituto de Cabral era o espanhol Sancho de Tovar, há anos a serviço de Portugal, onde conquistara muita consideração.

O almirante Guedes esclarece em seu livro que

*“A nau era navio bastante bojudo (sua boca era de cerca um terço do comprimento da quilha), acastelado na proa e na popa, três masts, – traquete,*

<sup>(3)</sup> Cortesão, Jaime – *Teoria geral dos Descobrimientos Portugueses*, Livros Horizonte, Lisboa, 1984.

*grande e mezena – os dois primeiros utilizando pano redondo retangular, com suas grandes vergas recebendo papa-figos e gáveas, e o terceiro utilizando pano bastardo (latino triangular), e além desses mastros havia na proa o gurupês com sua vela denominada cevadeira. A capacidade de carga era superior a das caravelas; no entanto eram bem menos veleiras que estas, pois a sua capacidade de bolinar (navegar contra o vento) não ia além de 90° do vento verdadeiro”.*<sup>4</sup>

Antes que a expedição de Pedro Álvares Cabral se aproxime dos mares da Índia parece-me oportuno lembrar rapidamente a conjuntura comercial da época e a posição de Portugal. Os fluxos de comércio na Idade Média demonstravam que os europeus não podiam mais viver sem as especiarias que chegavam do Oriente. Caravanas de camelos as traziam até Constantinopla e naus árabes as levavam da Índia e da China até os portos do Egito. Da velha Bizâncio e de Alexandria as galeras venezianas e genovesas levavam as especiarias aos portos do Mediterrâneo e até mesmo ao norte da Europa. Por isso, no século XIV Veneza era a nação mais rica do continente. Os produtos preferidos eram perfumes, condimentos, vinhos especiais, incenso e até drogas para fins medicinais. Os lucros eram espetaculares, mas em 1453 os turcos tomaram Constantinopla e, por essa rota, cessou esta importante corrente de comércio.

Portugal era um reino modesto, com apenas 1.100.000 habitantes, mas sonhava alto. Em 1415, os portugueses capturaram Ceuta, no norte da África. No entanto, seus esforços por conquistar o Marrocos fracassaram. Era demais para seus recursos humanos e financeiros. Portugal concentrou então suas limitadas energias para assegurar alguns pontos estratégicos ao longo da costa da África ocidental, região onde se comerciava ouro, marfim, escravos e pimenta, que antes só chegavam à Europa através do deserto do Saara.

---

<sup>4</sup>) Guedes, Max Justo – Opus cit. página 20.

O infante D. Henrique foi o esclarecido líder dessa etapa e também D. João II, desenvolveu verdadeira obsessão pela busca das especiarias no Oriente. A descoberta da América em 1492 pelos espanhóis foi um choque para os portugueses. Felizmente, dois anos depois, a diplomacia portuguesa lavrou um tento com a assinatura do tratado de Tordesilhas, que moveu a linha de demarcação no Oceano Atlântico de cem léguas a leste do Cabo Verde para 370 léguas. A primeira demarcação foi feita por um Papa espanhol e D. João II não a aceitou. Essa alteração garantia a Portugal uma linha que cortava o Brasil do Maranhão a Santa Catarina. Por isso há quem afirme que Portugal já sabia da existência do Brasil na época das negociações do tratado de Tordesilhas.

Esse novo acordo com a Espanha assegurava a livre navegação no Atlântico sul em direção à Índia, o alvo maior. Do mesmo modo ficavam garantidas as conquistas de São Jorge da Mina, na Guiné, de onde já começava a fluir muito ouro, e os pequenos entrepostos da costa ocidental da África, graças a vários navegadores a serviço de Fernão Gomes, rico mercador lisboeta. D. João II, o Perfeito, faleceu em 1495, talvez envenenado, e foi sucedido por D. Manoel, depois chamado de o Venturoso, pelo êxito das duas expedições de Vasco da Gama, de Cabral e de outros navegadores. O herdeiro morrera jovem e D. Manuel, sobrinho de D. João e duque de Beja, só subiu ao trono diante da impossibilidade de coroar seu filho bastardo, D. Jorge. Curiosamente, D. Manuel fora companheiro de Gouveia nos folguedos na corte, na época em que jamais pensava vir a suceder seu tio. Esse fato, se favoreceu a sua primeira escolha, não parece ter afetado em nada sua atitude tão rígida em relação ao nosso descobridor.

Damião de Góes, em sua *Crônica de D. Manoel*, relata que, curiosamente, o soberano logo após a sua ascensão ao trono, convocou uma reunião de notáveis de seu reino para decidir se valeria a pena continuar a manter a ambiciosa meta da Índia, ou se deveriam contentar-se com as riquezas que estavam fluindo da costa da África. A decisão foi continuar a esforçarem-se por alcançar a Índia, concentrando todos os recursos possíveis do país nesse sentido. Urgia porém melhorar a qualidade das caravelas portuguesas, demasiado frágeis para transpor as grandes ondas do cabo das Tormentas. A conselho de Bartolomeu Dias, foram

construídas várias naus de proa alta e de menor calado, para poder penetrar em enseadas rasas e se protegerem dos grandes ventos e vagas.

A bem sucedida expedição de Vasco da Gama, de 1498, teve objetivo apenas exploratório e não trouxe para Lisboa um rico carregamento. Foi uma viagem de avaliação do futuro mercado, das condições para o escambo, de informação sobre o que os indianos gostariam receber de Portugal em troca das especiarias, estudar os preços vigentes com os mercadores árabes que levavam os produtos locais para o Egito, trazer amostras dos diversos produtos conhecidos e de outros ainda desconhecidos que ofereciam boas possibilidades de comércio com a Europa, avaliar as forças militares necessárias para estabelecer uma firme cabeça-de-ponte militar com entrepostos de mercadorias, etc. Em suma, a viagem de Vasco da Gama foi uma expedição de reconhecimento de terreno. Ao regressar, Vasco previu dificuldades diplomáticas, religiosas e comerciais em Calicute, pois sentira sinais de hostilidade nos mercadores árabes.

As viagens subseqüentes deveriam ser de conquista, de ações militares para estabelecer um fluxo de comércio permanente. A expedição de Cabral, com 13 navios, 1.500 homens (alguns autores falam em número menor), forte armamento, deveria negociar um acordo permanente e amistoso com o Samorim de Calicute, estabelecer uma feitoria nos arredores da cidade e iniciar um fluxo de negócios que deveria ser permanente. Cabral fracassou em parte em sua missão, pois não tinha mais condições militares para impor suas condições ao Samorim. Perdera mais de 50% de sua frota, da tripulação e da artilharia devido ao mau tempo. Agora eram só seis as naus e, sem a boa vontade das autoridades locais – incitadas contra os lusos pelos mercadores árabes – dificilmente outro capitão-mor poderia ter cumprido as instruções recebidas de D. Manoel. Entretanto, Cabral tampouco foi feliz em suas negociações com o Samorim e, em parte, por sua própria culpa a decisão de bombardear Calicut arrasando parte da cidade foi um erro, embora existam estudiosos que pensam o contrário. Vasco da Gama havia sido muitíssimo mais feliz, pois partira com três caravelas e todas regressaram ao Tejo com as informações desejadas. Em 1507 ocorreu um fato grave que irritou

profundamente os portugueses: todos os seus segredos de navegação foram revelados no famoso mapa de Cantino, com informações contrabandeadas de Lisboa. Voltemos agora a viajar com a frota de Cabral, que já perdera duas unidades: a que regressou a Lisboa para anunciar a descoberta do Brasil e outra que se perdera na altura do arquipélago de Cabo Verde.

Quando a armada de Cabral deixou a costa do Brasil e virou a proa para o Cabo da Boa Esperança, começou o que seria a viagem mais longa da história sem avistar terra. Dias depois da partida da ilha de Vera Cruz, os portugueses viram à noite, por vários dias seguidos, um cometa. Essa visão incomodou-os, pois alguns a ela atribuíram um mau presságio. Não se enganavam, pois em breve, a 24 ou 25 de maio, levantou-se terrível tormenta com ventos assustadores e ondas gigantescas, que engoliram nada menos de quatro unidades, as do experiente Bartolomeu Dias, de Luís Pires, de Aires Gomes da Silva e a de Simão de Pina.. Nosso Cabral deve ter ficado com o coração apertado, pois esse fato poderia inviabilizar a missão de que fora incumbido. Sua imponente expedição já não era mais aquela flotilha capaz de impor tanto respeito aos chefetes africanos e indianos.

Uma vez contornado o cabo da Boa Esperança, que também era o Cabo das Tormentas e que destruíra não pequena parte de seus homens, armamentos e mantimentos, começaram a subir a costa da África oriental. Os problemas continuaram, porque três outras caravelas se desgarraram da capitânia e não se sabia delas. Finalmente, Cabral e mais duas naus chegaram ao largo de Sofala, em Moçambique, mas só vários dias mais tarde encontraram as outras três, que estavam desgarradas. Diogo Dias parecia perdido também para sempre, mas felizmente depois se soube que havia se afastado demais da costa africana, passou entre a grande ilha de Madagascar e a costa, e acabou sendo o primeiro navegador europeu a visitar o golfo de Aden. Só se encontrou com Cabral na viagem de volta, em Beseguiche, na costa do Senegal, e por isso a sua nau regressou vazia. Por curiosa coincidência, também encontraram-se com Cabral em Bezeguiche as naus comandadas por Gonçalo Coelho. Américo Vespucci estava a bordo e teria conversado muito com Cabral sobre a ilha de Vera Cruz.

D. Manuel recomendara uma escala em Quiloa (Kilwa), que também tinha importante comércio de ouro. Valia tentar algum tipo de acordo comercial, mas com suas forças já bastante reduzidas, a frota deixara de ser imponente. No dia 26 de julho chegaram àquele importante porto da região e a recepção que tiveram das autoridades locais não foi nada animadora. O rei de Quiloa nada tinha a ganhar com a chegada dos portugueses, que vinham perturbar seu lucrativo comércio com os árabes. No entanto, o respeito pelos canhões portugueses garantiu pelo menos o suprimento de água potável e mantimentos frescos. Os intermediários portugueses nomeados pelo rei para negociarem tratados de comércio com os chefes locais tentaram chegar a um acordo razoável, mas sem resultados.

Cabe aqui uma especulação sobre a competência e a fluência nos idiomas locais desses agentes comerciais. Se Cabral era o capitão-mor, por que ele mesmo deixou de negociar pessoalmente alguns daqueles acordos na África e na Índia, deixando tudo nas mãos desses duvidosos agentes? Considerava ele que negociar pessoalmente diminuía sua autoridade? Entretanto, em seu favor, devo dizer que o rei D. Manuel dera instruções escritas precisas, pessoais e diretas, ao feitor Aires Correa sobre como negociar com os líderes africanos e indianos. Mas que espécie de intérpretes e negociadores tinham os portugueses? É sabido que traduções mal feitas podem ter conseqüências desastrosas e não está claro nos documentos da época se os tradutores da expedição de Cabral eram realmente confiáveis e competentes. O famoso intérprete Gaspar da Gama, bom conhecedor do árabe e afilhado de Vasco da Gama, fazia parte da expedição. Os intérpretes eram bem pagos, estavam sempre ao lado do capitão-mor e eram dos primeiros a desembarcar. Eram chamados de “os línguas”. No entanto, convém lembrar – sem maior risco de errar – que os portugueses eram pretensiosos e se consideravam superiores aos chefes locais, os tratavam com soberba, enfim superestimaram a força de seus canhões e, por isso, as negociações foram ficando difíceis e acabaram fracassando. Só em Melinde foram bem recebidos.

Finalmente a esquadra, agora de somente seis naus e caravelas, chegou a Melinde, onde foram recebidos com cordialidade e, em verdade, esta foi a única cidade africana em que seriam acolhidos sem hostilidade.

O rei de Melinde enviou muitas laranjas para os marinheiros afetados pelo escorbuto. Seguiram depois para a ilha de Angediva, defronte a Goa, porto de aguada e descanso para viajantes que vinham de Calicute e seguiam para Meca. Lá aportaram a 23 de agosto. Já estavam bem perto da grande península indiana, e os navios puderam ser reparados e pintados, em preparação para uma chegada triunfal a Calicute.

A tripulação deveria estar inquieta e temerosa e aquele foi o momento de o capitão-mor demonstrar pulso, animar os marinheiros e inspirar-lhes confiança para atingir a sua meta. As naus porém estavam avariadas pela tempestade, mastros quebrados e velas rasgadas – e urgia repará-las. Não faltava muito para chegar à Índia e a região mais perigosa do percurso marítimo já havia sido superada.

Correia da Silva, na *Internet*, comentou que Gouveia era um homem sem sorte, pois sobre ele caíram várias maldições. Elas começaram cedo: nas águas do arquipélago de Cabo Verde, perto da costa da África, desapareceu uma de suas naus. Nunca mais se soube dela.. Ao deixar a costa brasileira e já perto do cabo da Boa Esperança, uma terrível tempestade afundou quatro naus, entre elas a do grande Bartolomeu Dias. Era a segunda maldição. Das 13 naus e caravelas que deixaram o Tejo, sobravam apenas sete. Uma vez dobrado o cabo das Tormentas, desapareceu outra nau, a de Diogo Dias, irmão de Bartolomeu. Parecia ser a terceira maldição, mas depois a nau reapareceu. Os incidentes de Calicute seriam a quarta maldição. Na viagem de volta a nau de Sancho Tovar encalhou sem remédio e teve de ser incendiada. Era a quinta maldição. Dizia-se na época: “Quem tem azar no mar a ele não deve voltar”. D. Manuel pode ter-se recordado desta superstição ao aceitar a renúncia de Cabral com tanta facilidade em 1502. Curiosamente, o almirante Max Justo Guedes informou-me de que, na marinha de guerra inglesa, até os dias de hoje, o capitão que perde o seu navio por qualquer motivo, justificado ou não, é posto de escanteio e nunca chegará a ser promovido a almirante.

Cabral fundeou diante de Calicute, grande cidade indiana na época, no dia 13 de setembro e soltou uma salva de artilharia como saudação ao Samorim. Recebeu a bordo diversos mercadores árabes e começou as negociações para o desembarque. No dia seguinte, Cabral

autorizou o desembarque dos indianos que tinham viajado com Vasco da Gama para Portugal e regressado com ele. Na época era praxe receber de terra igual número de pessoas que desceriam das naus e as negociações levaram alguns dias. Historiadores portugueses tentaram defender o comportamento de Cabral, afirmando que seguia as rígidas instruções recebidas do próprio rei D. Manuel. Os pormenores do primeiro encontro de Cabral e seus principais colaboradores com o Samorim parecem revelar certa inabilidade negociadora. No entanto, Cabral cedeu em mandar apresar um navio indiano que levava um elefante cobiçado pelo Samorim, que pedira sua intervenção. Como era já esperado, os comerciantes árabes tudo fizeram para perturbar as negociações e dificultaram o carregamento de especiarias nas duas maiores naus portuguesas. Cerca de cinquenta lusitanos desembarcaram e começam a organizar a feitoria nos arredores de Calicute, em construções cedidas pelo Samorim. Cabral e o potentado tiveram duas entrevistas e até aí as conversações pareciam seguir a contento, quando aconteceu um grave incidente provocado pelos comerciantes árabes, em revide provável à uma vistoria ordenada por Cabral em seus navios.

As intrigas dos mercadores árabes, que seriam os maiores prejudicados com a intromissão dos portugueses, provocaram a invasão do entreposto por uma turba numerosa. Cerca de cinquenta portugueses que lá estavam foram assassinados ou capturados, inclusive o principal agente comercial Aires Corrêa, o nosso conhecido Pero Vaz de Caminha e vários franciscanos que haviam viajado para efetuar a catequese. Vinte outros portugueses conseguiram salvar-se em botes ou a nado. Cabral viu-se então diante de um grave impasse: como reagir àquela inesperada traição e tanta violência?

Paulo Roberto Pereira comenta em seu citado livro que os atos de Cabral estavam respaldados nas instruções que recebera de D. Manuel, que deixara bem claro que

*“... pela mútua confiança que de vós temos, havemos por bem e vos mandamos que façais e sigas tudo o que melhor vos parecer, tomando sempre em tudo conselho dos capitães e feitor e de*

*quaisquer outras pessoas que vos pareçam que nisso devais meter e, enfim, o que escolherdes e acordardes, seguireis e fareis”.*<sup>5</sup>

Sabedor de que os árabes foram os responsáveis pelo ocorrido, o capitão-mor mandou tomar e incendiar todos os navios árabes no porto, exterminando suas tripulações. Cabral esperou vinte e quatro horas para dar oportunidade ao Samorim a apresentar suas desculpas e oferecer compensações. Afinal as negociações já duravam três meses e urgia terminá-las. O tempo passava e nada do governante local se mexer para lamentar o ocorrido. Em breve ficou evidente que o Samorim havia autorizado o assalto à feitoria portuguesa. Na manhã de 17 de dezembro, Cabral mandou bombardear a cidade o dia inteiro, reduzindo-a a escombros. Eram 24 bocas de fogo a vomitar balas incandescentes sobre a população. Deve ter havido centenas de mortos e milhares de feridos. Quarta maldição. Até o comedido Greenlee comentou:

*“Cabral foi desnecessariamente beligerante, embora o tumulto instigado pelos árabes e aprovado pelo Samorim exigisse uma punição severa. Aquela traição deveria mesmo ser castigada de maneira decisiva, de tal modo a que os portugueses fossem temidos e respeitados no futuro. A sua artilharia assegurava essa superioridade e isso foi o começo de uma política de agressão armada para garantir o domínio dos mares da Índia”.*<sup>6</sup>

Após essa desforra, ficou decidido que a capitânia e as naus de Simão de Miranda e de Sancho de Tovar, já carregadas, regressariam imediatamente a Portugal, pois se aproximava o final da monção e urgia aproveitar os ventos favoráveis. As duas outras caravelas menores ficariam um pouco mais, em algum porto amigo na Índia, para completar seu carregamento de especiarias e poderiam regressar mais tarde. Afirmou Greenlee que:

<sup>(5)</sup> Paulo Roberto Pereira – Opus cit., Rio de Janeiro, 1999, página 22.

<sup>(6)</sup> William Brooks Greenlee – Op. cit., página 26.

*“Os portugueses não tinham a menor intenção de partilhar o comércio das especiarias com os mercadores árabes e indianos. Ademais, a carta que D. Manoel enviara ao Samorim, traduzida pelos árabes, exigia que eles deveriam ser excluídos do comércio a ser instituído. As instruções que Cabral recebera condenavam também a religião dos árabes, embora a atitude dos árabes até então tivesse sido de tolerância com os cristãos. Era natural, portanto, que os árabes retaliassem e o incidente de Calicut foi o primeiro contra-ataque nessa guerra que se iniciava”.<sup>7</sup>*

Por outro lado, a princípio a atitude dos líderes indianos foi amigável, no entendimento de que os portugueses agissem em conformidade com seus costumes. É possível – afirma Greenlee – que, se na expedição de Cabral houvesse alguém realmente fluente no idioma indiano, o resultado em Calicute poderia ter sido bem diferente.<sup>8</sup> Tal como ocorreram as tratativas, com intérpretes malévolos ou incompetentes, era natural que as suspeitas fossem recíprocas. O Samorim era cliente e amigo dos mercadores árabes e mal conhecia os portugueses arrogantes. Era natural, portanto, que se fiasse mais em seus amigos árabes, com quem lidava havia muitos anos. Calicute, hoje Koshikode, está na costa de Malabar. Para melhor compreender o incidente de Calicute recomendo aos interessados a leitura da obra de K.M. Panikkar, intitulada *Malabar and the Portuguese* (Bombaim, 1929). Quarta maldição.

É provável que a verdadeira história dos acontecimentos que levaram ao massacre de Calicute nunca será totalmente conhecida. Afinal o Samorim pode até ter tentado, sem sucesso, controlar a multidão, mas depois da destruição dos navios árabes, não poderia desculpar-se sem por em risco as relações com os seus tradicionais clientes árabes. O bombardeio

<sup>(7)</sup> William Brooks Greenlee – Op. cit., página 31.

<sup>(8)</sup> William Brooks Greenlee – Op. cit., página 25.

de Calicute nunca foi esquecido e por muitos séculos prejudicou a imagem dos portugueses na Índia.

Afinal um dos principais objetivos de Cabral era impressionar os potentados da África e da Índia com o poderio português, demonstrar a sua importância e a sua riqueza, estabelecer relações amistosas que facilitassem o comércio permanente. Isso ele não conseguiu fazer e Greenlee atribui, em parte, ao fato de que ele permaneceu a maior parte do tempo em sua nau capitânia em vez de conversar e negociar diretamente com os líderes nativos, dispensando os intermediários.<sup>9</sup> Agiu assim porque estava sofrendo grave ataque de malária? Greenlee comentou que a decisão de bombardear Calicute teria sido do conselho de capitães, mas sublinhou que “a juventude e a inexperiência de Cabral foram seus maiores *handicaps*. Um homem mais velho e mais experimentado poderia ter sido capaz de contrarrestar as intrigas dos mouros”<sup>10</sup>

Já a cidade indiana de Cochim, inimiga de Calicute, acolheu amigavelmente os portugueses. Passaram o Natal em Cochim e lá ficaram duas semanas a carregar as naus com pimenta, drogas e gengibre. Estiveram também em Cananor, onde embarcaram canela e lhas chegaram então notícias de que o Samorim estava reunindo uma flotilha de setenta navios para atacá-los. Conta Galvani que as duas frotas chegaram a se confrontar, mas não chegou a haver batalha. A 16 de janeiro, Cabral decidiu afinal regressar diretamente a Portugal.

Na viagem de volta, ao norte de Melinde, tiveram de abandonar a caravela de Sancho de Tovar, que havia encalhado sem esperança de recuperação.. Quinta maldição. Sobraram seis apenas das treze naus que partiram do Restelo. Que contas iria ele prestar a D. Manoel? Quase mil tripulantes mortos, nenhum acordo importante foi conseguido e os carregamentos de especiarias ficaram aquém da expectativa. Estava claro que a primeira viagem de Vasco da Gama tinha sido muito mais exitosa, embora menos lucrativa.

<sup>(9)</sup> W. B. Greenlee – Op. cit., página 43.

<sup>(10)</sup> W.B. Greenlee – Op. cit., página 62.

No entanto, a expedição de Cabral despertaria grande interesse na Europa, sobretudo em Veneza, que se arriscava a perder o monopólio das especiarias, e as notícias que se espalhavam davam grande prestígio a Portugal. Os primeiros grandes carregamentos de especiarias transportados pelas naus portuguesas começaram a chegar a Lisboa a partir de 1503. Estava certa, a princípio, a política portuguesa de se limitar a construir pequenas feitorias, através das quais organizaram notável fluxo de comércio. Se tivessem tentado conquistar amplas regiões da Índia, não teriam recursos humanos para fazê-lo. Afonso de Albuquerque consolidaria o domínio português na Índia pouco anos depois. A primeira metade do século XVI proporcionou a Portugal um rápido enriquecimento, tornando o país um dos mais ricos da Europa. No século XVII, os holandeses e ingleses a princípio seguiram a política comercial portuguesa e só bem mais tarde é que decidiram empreender uma política colonial de conquista e ocupação.

A acolhida em Lisboa foi alegre e cordial, mas não calorosa. É verdade que a caravela *Annunziata* chegara um mês mais cedo do que Cabral e já havia anunciado à nação as notícias principais, boas e más. A nau capitânia e a de Simão de Miranda, muito carregadas, entraram pelo Tejo a 21 de julho de 1501. Em suma, a sua chegada foi um anti-climax, e se a viagem não foi um grande sucesso, a venda das especiarias teria compensado amplamente as perdas em navios e equipamentos. Na verdade, o lucro da viagem foi o dobro dos investimentos, mas poderia ter sido bem maior sem os percalços ocorridos. Cabral recebeu 10.000 ducados, 10 caixas forras (livres de impostos alfandegários) e 50 quintais de pimenta, tendo apenas de pagar os dízimos para o mosteiro de Belém. Avaliou Walter Galvani em cerca de 70 quilos de ouro a quota de Cabral. D.Manuel recebeu-o bem, mas não houve desfile triunfal pelas ruas de Lisboa, como Cabral esperava. Ele havia mudado muito com a morte da rainha no parto e do seu herdeiro e se tornara um homem duro. Cabral passou a receber uma tença de 200.000 reais, que se somaria ao que já recebia pela Ordem de Cristo, mais os 13.000 que partilhava com seu irmão morgado. Seriam aproximadamente 253.000 reais anuais, quantia respeitável na época.

O relatório verbal de Cabral ao rei D. Manoel deve ter sido satisfatório, tanto que ele o convidou imediatamente a chefiar a próxima expedição, que sairia em março do ano seguinte. Seria a 4ª esquadra, pois a terceira já partira sob a chefia de João da Nova. Cabral não deixou nenhum documento escrito sobre a viagem, ou se o fez nada restou nos arquivos de Lisboa, mas os principais pormenores da viagem são bem conhecidos por testemunhos diversos, como relatei rapidamente nas páginas anteriores. D.Manuel escreveu ao rei da Espanha sobre a viagem de Cabral. No entanto, uma frase terrível pairava sobre ele: "...não é bem afortunado nas coisas do mar". Mesmo assim D.Manuel convidou-o para chefiar a expedição seguinte. Essa superstição deve ter-lhe ficado na mente e certamente foi alimentada pelos opositores de Cabral.

Antes de começar a trabalhar na preparação da nova expedição, Cabral deve ter ido visitar o irmão em Belmonte, retomou contato com seus amigos, enfim relaxou das grandes tensões que sofreu durante a viagem. Agora já se podia considerá-lo um marinheiro experiente, depois das agruras que teve de suportar. Podia planejar com segurança o seu futuro, que continuava a anunciar-se lisonjeiro. Os aspectos negativos de sua expedição não teriam sido considerados pelo monarca como de sua responsabilidade direta e sim conseqüências naturais de uma viagem a uma região distante e pouco conhecida, atravessando mares revoltos e ondas colossais. A perda das naus e caravelas devido ao mau tempo obviamente não era culpa sua. Já os acontecimentos em Calicute eram mais discutíveis, embora também fosse consenso de que era indispensável aplicar uma punição severa ao Samorim. O que teria ficado perfeitamente compreendido é que Portugal teria de fazer um esforço muito maior para assentar uma bem implantada cabeça-de-ponte na Índia, e de lá partir vigorosamente para estabelecer, pela força das armas, um fluxo constante de comércio que enriqueceria o país em poucas décadas. Afonso de Albuquerque, tio da futura esposa de Cabral, seria o grande chefe militar que assegurou o domínio português na região por longo prazo.

Cabral naquela altura já devia ter conhecido sua prometida esposa, D. Isabel de Castro, que provinha de uma família influente, e mais poderosa ainda ficaria com o futuro sucesso do conquistador Afonso de

Albuquerque na Índia. Ela era filha legítima de D. Fernando de Noronha, do conselho de D. João II e governador da casa da princesa D. Joana. Era prima do marquês de Vila Real, grande proprietário na região de Santarém. Não se sabe bem a data do casamento de Cabral com D. Isabel, mas presume-se que tenha sido em 1503. O casal teve vários filhos, entre os quais o primogênito Fernão Álvares Cabral, que foi capitão das naus da Índia e depois enviado por D. João III à França como embaixador de Portugal. Em 1553, viajou para a Índia e naufragou em 1554, na costa de Moçambique, onde morreu.

Após a viuvez, Isabel foi camareira-mor da infanta D. Maria, filha do rei D. João III. Ambos foram sepultados no mesmo túmulo, na igreja de Nossa Senhora da Graça em Santarém, onde tinham vivido permanentemente após o casamento. Em 1882, ao ser aberto o túmulo do casal, não foi possível identificar com certeza as ossadas do descobridor do Brasil. Em 1903, o túmulo foi reaberto por sugestão do ministro brasileiro em Portugal. Alberto de Carvalho escreveu duas memórias sobre o assunto. No túmulo havia também os restos de um jovem, possivelmente um dos seus filhos que faleceu cedo. Em 2000 foram trazidos para o Rio de Janeiro alguns restos mortais de Cabral, de autenticidade bastante duvidosa e que se encontram sepultados na catedral.

O motivo do afastamento definitivo de Cabral da corte de D. Manuel é um mistério, mas podemos alvitrar várias hipóteses. A mais veraz seria o alvará que havia mandado fazer o monarca, em 1499, em favor de Vasco da Gama, por ocasião de seu regresso da primeira viagem de 1498, assegurando-lhe a primazia no comando de qualquer nova expedição à Índia. Ele recusara capitanear a armada de 1500, depois entregue a Cabral, por motivo de doença, mas em 1502 Vasco teria se valido do documento escrito em 1499 para exigir do rei o comando da frota. D. Manuel, que já havia convidado Cabral a comandá-la por ocasião de seu regresso, em julho de 1501, teria sido obrigado de voltar atrás, devido àquele compromisso prévio assumido com Vasco da Gama.

Walter Galvani apresenta como o principal motivo de eventual renúncia de Cabral o fato de que a nova armada de 1502 teria, de fato, dois chefes: Cabral e Vicente Sodré – tio de Vasco da Gama – o qual estava

destinado a explorar o Mar Vermelho. Comandaria ainda outra nau o irmão de Vasco da Gama – Estêvão da Gama, a qual não ficaria sob a chefia de nosso descobridor. Cabral continuaria para a Índia. Cabral teria argumentado com o rei a necessidade da unificação da chefia, pois isso poderia criar problemas delicados e até insubordinações durante a viagem. Seus argumentos eram válidos, mas o rei não cedeu e tampouco teria insistido para que ele aceitasse essa situação esquisita. Cabral teria então renunciado e o monarca aceitou sua renúncia sem discutir. Teria pesado em tal decisão a sua má fama de azarado? Assim sendo, ou Cabral aceitava ficar com uma chefia limitada, ou se recusava a participar. É sabido que os partidários de Cabral e de Vasco da Gama se enfrentavam freqüentemente na corte e que certa vez o rei ficou tão irritado que baniu um deles para Arzila, na Africa. Outra hipótese ainda é que Cabral teria tido uma discussão tórrida com o rei, talvez sido até malcriado, e foi dispensado e obrigado a afastar-se da corte. O almirante Max Justo Guedes, talvez a maior autoridade sobre o assunto, acredita nesta última hipótese. Não há documentos nesse sentido. Greenlee comenta que era necessário escolher um líder diferente para a próxima expedição à Índia, alguém que pudesse mudar a hostilidade em amizade e Vasco da Gama era o homem para isso.<sup>11</sup> Não foi bem assim, como se verá mais adiante.

A realidade é que, embora o monarca tenha, muito mais tarde, decidido pagar-lhe duas tenças, Cabral nunca mais recebeu missão alguma de D. Manuel, que só faleceria em 1521, isto é um ano após o desaparecimento de nosso descobridor. Em 1514, por intercessão de sua sogra Constança, o homem mais famoso da época, seu sobrinho Afonso de Albuquerque, escreveu ao rei a emotiva carta cujo texto transcrevo abaixo:

*“Pedro Álvares Cabral, desejador de, em dito e em feito, ser sempre servidor de Vossa Alteza de vossas mãos afastado assim de vossa vontade e prazer, que não posso saber que descontentamento é este que Vossa Alteza de sua pessoa tem, para assim o entender lançado do vosso serviço,*

<sup>(11)</sup> W.B. Greenlee – Op. cit. página 61.

*e que a mim maior parece que a culpa deste feito era sua, tanta mais sua de parecer e hei de querer que tem certo o perdão e galardão de Vossa Alteza como vimos por experiência em outras pessoas serem-lhe seus erros perdoados e feitas honras e dadas rendas e mercês (...) Devia Pedro Alvares Cabral ser um destes; e se minha valia e pessoa ante Vossa Alteza isso merecer, Senhor, vos beijarei as mãos por ele ser chamado de Vossa Alteza, aconselhado e repreendido e tornado em vossa graça e serviço porque é homem que eu sei certo que terá Vossa Alteza tomado a experiência de sua pessoa e de seus serviços, e que em todos os feitos em que ele puser as mãos que vos há de merecer mercês”.<sup>12</sup>*

A carta é bem eloqüente, pois pareceria atestar que houve mesmo uma desavença entre o rei e Cabral na época da partida da expedição de 1502. Afonso utilizou a expressão “aconselhado e repreendido”, o que reconhece a culpa de Cabral pelo seu afastamento. No entanto, o mais importante talvez foi aquele alvará de D. Manuel de 1499, que citamos parcialmente abaixo e que parece explicar o triste afastamento de Cabral da chefia da expedição.

*“Nós, o Rei, fazemos saber por este alvará que, em consideração à muito grande estima e aos serviços de Dom Vasco da Gama prestados ao nosso reino pela descoberta da Índia, lhe fazemos todas as homenagens e recompensas, e nos agrada dar-lhe por intermedio deste alvará (...) ele terá a chefia de outras expedições à Índia, desde que vá pessoalmente, e nós não poderemos nomear outro capitão-mor a não ser ele. E nos dá grande prazer de dar-lhe esta recompensa e privilégio*

<sup>(12)</sup> Jorge Couto, Op.cit. página 141.

*tal como está aqui escrito. E esta carta por nós  
valida, selada e passada pela nossa chancelaria”  
(Está na Torre do Tombo)<sup>13</sup>*

Pedro Álvares Cabral, ao ser convidado em 1501, por ocasião de seu regresso, para comandar a nova expedição de 1502, não devia saber daquele alvará de 1499. Ou talvez o monarca fez-lhe o convite sem se recordar da promessa por escrito anteriormente feita a Vasco da Gama, que depois reivindicou e obteve a chefia da armada de 1502. Consta que em 1500, Vasco – no momento enfermo – teria recomendado o nome de Cabral para a direção da expedição. No ano seguinte, já restabelecido da enfermidade que o fez renunciar àquela anterior chefia, estava pronto a assumir o comando da armada de 1502 e o pleiteou junto a D. Manuel, que – talvez até a contragosto – tenha acedido em cumprir a sua palavra e desconvidar Cabral para a nova expedição. Vasco da Gama não teve problemas de chefia com seu tio Vicente Sodré, nem com seu irmão Estêvão da Gama, o que incomodava muito Cabral, vendo sua autoridade diminuída.

Cabral, que trabalhara afincadamente durante oito meses na preparação da expedição de 1502, deve ter ficado revoltado que o comando lhe tenha escapado das mãos. Outros autores disseram que, em vez de conformar-se e esperar por outra oportunidade que aparentemente não faltaria, pois ele era jovem, e tantas outras expedições houve depois à Índia, Cabral preferiu protestar veementemente e acabou expulso da corte. A versão mais provável é a mencionada acima, isto é, que ele teria recusado aceitar que as cinco naus de Vicente Sodré fossem excluídas de seu comando. Uma outra versão ainda é que a rainha teria intercedido insistentemente por Vasco da Gama. Se o rei tivesse falecido mais cedo, é possível que seu sucessor, D. João III, tivesse chamado outra vez Cabral à corte e lhe confiado alguma missão importante. Lembro que Cabral faleceu aos 52 anos apenas, embora no final de sua vida já estivesse bastante enfraquecido pela doença que adquirira na juventude no Marrocos.

Em uma carta de 1520 da chancelaria de D. Manuel à viuva de Cabral, concedendo-lhe um subsídio, o signatário a ele se refere com a

<sup>(13)</sup> W.B. Greenlee, Op. cit., página 60.

seguinte frase “que Deus o perdoe”. A princípio Isso parecia significar que o monarca, dezoito anos depois, ainda continuava ofendido pela atitude de Cabral por aquele episódio que a história não registrou. No entanto, Galvani afirma que a expressão acima era comum na época, ao referir-se a qualquer pessoa recentemente falecida. Voltemos um pouco atrás.

No início de 1508, Cabral teria escrito ao rei solicitando uma missão e o monarca respondeu-lhe amavelmente a 18 de fevereiro com um *prazme*, dando-lhe esperanças e dizendo que ele estava “prestes a tornar a servir com seus cavalos, armas e homens nas guerras quando lhe por nosso serviço o mandarmos”<sup>14</sup>. Suponho que se tratava de uma missão em terra e não no mar, talvez no Marrocos, pois o monarca citou “cavalos e homens”. O momento aliás era péssimo, pois em 1511 houve peste em Lisboa e terremoto em 1512. Três anos depois, D.Manuel tentou recuperar o Marrocos, mas a expedição foi um fracasso.

Em 1515 o irmão bastardo de Cabral foi nomeado capelão da Casa Real e deveria ter algum prestígio junto ao monarca, mas não há referências de que tenha tentado ajudá-lo a sair do exílio em Santarém. O leitor contemporâneo poderá então conjecturar sobre aquele triste exílio de Cabral – afinal de contas, o tão remoto Santarém dista apenas 78 quilômetros de Lisboa, isto é, o equivalente à distância entre o Rio de Janeiro e Petrópolis... Se hoje percorremos de automóvel essa distância em menos de uma hora, Cabral deve ter ido discretamente à capital, talvez várias vezes, em poucas horas apenas... a cavalo.

Afinal Cabral foi convidado a comparecer a uma importante reunião da grande nobreza de Portugal em Tomar e lá o rei D.Manuel acolheu-o com simpatia. Cabral estava muito esperançoso, mas nada aconteceu e seu isolamento continuava na melancólica rotina. A morte de Albuquerque na Índia só o desanimou ainda mais. Em 1518 o nome de Cabral continuava na lista dos Cavaleiros da Casa Real como número 147.

---

<sup>(14)</sup> Walter Galvani – Op. cit. página 258.

Faleceu em sua Quinta do Jardim, em Santarém em 1519 ou 20. A 3 de novembro de 1520, sua esposa recebeu comunicação da corte de que, “em atenção aos muitos serviços prestados por Pedro Álvares Cabral, Isabel de Castro e seu filho Antônio, moço-fidalgo da Casa Real, passaram a receber tenças de respectivamente 30.000 e 20.000 reis mensais”, informa Galvani que reproduz documento arquivado na Torre do Tombo. Isabel continuou a cuidar da educação dos filhos e em 1534 foi nomeada camareira-mor da infanta D. Maria, filha de D. João III e futura mulher do rei de Espanha. Ela recebia por isso uma tença de 60.000 reis mensais, mas não teria chegado a assumir esse cargo. Em 1538 Isabel faleceu e foi enterrada ao lado do marido e de um filho pequeno. Recordo que seu filho primogênito Fernando Alvares Cabral, em 1533, levou para a Índia, em sua nau “São Bento”, o depois famoso poeta Luís de Camões, que lhe dedicou quatro versos nos *Lusíadas*. Por isso também entrou na história...

Curiosamente, ao regressar da Índia pela segunda vez, Vasco da Gama irritou o monarca e caiu em desgraça. Relata Greenlee que ele não recebeu mais comando algum de D. Manuel e só fez outra viagem à Índia em 1524, a convite de D. João III. O monarca aborrecera-se pelo afundamento, a 3 de outubro de 1502, da nau *Miri*, cheia de peregrinos árabes que seguiam para Meca, fato que teve má repercussão na Europa. Além disso Vasco da Gama voltou a bombardear Calicute, o que foi considerado outro erro. Ele estabeleceu feitoria em Cochim, mas Portugal nessa época já pensava em mudar de política na Índia, preferindo construir fortins para apoiar as feitorias. Walter Galvani observa com argúcia que “Cabral assistia tudo de longe. Era um espectador bem informado. Não mais um protagonista”<sup>15</sup>

Seja como for, Pedr’Álvares de Gouveia, depois Cabral, merece todo o nosso respeito e admiração e só nos resta lamentar que a sorte não lhe tenha sido mais generosa, tanto na sua tumultuada viagem à Índia,

<sup>(15)</sup> Walter Galvani – Op. cit., página 255.

quanto mais tarde em seu melancólico e solitário exílio em Santarém. Essa é a história do azarado senhor Gouveia.

(Palestra a ser pronunciada no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio a 19 de abril de 2005 e posteriormente publicada na Carta Mensal dessa entidade. Publicada na *Notícia Bibliográfica e Histórica*, da PUC de Campinas, de nº 196, de 2005.)

### BIBLIOGRAFIA SELETA

ALBUQUERQUE, Luís de – *O reconhecimento do Brasil*, editora Alfa, Lisboa, 1989. Ensaio sobre o chamado “Piloto Anônimo”.

ARRUDA, Virgílio – *Presença de Cabral nas Rotas do Futuro*, Santarém, 1972.

BUENO, Eduardo – *Pau Brasil*, Axis Mundi Editora, São Paulo, 2002.

CORTESÃO, Jaime – *Teoria geral dos Descobrimentos Portugueses*, Livros Horizonte, Lisboa, 1984.

COUTO, Jorge – *A Construção do Brasil*, edições Cosmos, Lisboa, 1995.

DIVERSOS – *A viagem de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*, edição da Academia da Marinha de Portugal, Lisboa, 2003.

DIVERSOS – *O descobrimento do Brasil*, edição da Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, Lisboa, 1998.

DIVERSOS – *História Naval do Brasil*, 1º volume, Serviço de Documentação Geral da Marinha, Rio de Janeiro, 1975.

GALVANI, Walter – *Nau Capitânia*, editora Record, Rio de Janeiro, 1999.

GÓES, Damião de – *Crônicas do felicíssimo rei Dom Manuel*, Universidade de Coimbra, 4 volumes, 1926.

GREENLEE, William Brooks – *The Voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India from Contemporary Documents and Narratives*, The Haskyl Foundation, Londres, 1938. Edição portuguesa publicada no Porto em 1951.

GUEDES, Max Justo – *O Descobrimento do Brasil*, Correios de Portugal, Lisboa, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Viagem de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil (1500-1501)*, Academia da Marinha, Lisboa, 2003.

MAGALHÃES, Joaquim Romero e Susana Münch de Miranda – *Os primeiros 14 documentos relativos à armada de Pedro Álvares Cabral*, edição da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1999. Contém a nomeação de Cabral, cartas aos reis de Calicut e Malindi, instruções pormenorizadas do rei a Cabral e ao feitor Aires Correia, etc.

PANNIKAR, K.M. – *Malabar and the Portuguese*, Bombaim, 1929.

PEREIRA, Paulo Roberto. *Os três únicos testemunhos do descobrimento do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

\_\_\_\_\_. *A difusão da viagem de Cabral na Europa quinhentista*. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). *A carta de Pero Vaz de Caminha. Documentos e ensaios sobre o achamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 2000, p. 197-219.

\_\_\_\_\_. *A Carta de Caminha: a notícia do achamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

PERES, Damião – *O Descobrimento do Brasil por Pedro Alvares Cabral: antecedentes e intencionalidade*, Comissão do Centenário de Cabral, Lisboa, 1968.

PRESTAGE, Edgar – *The Portuguese Pioneers*, Londres, 1933.

RIBEIRO, Darcy e MOREIRA NETO, Carlos de Araújo – *A fundação do Brasil: testemunhos*, Petrópolis, editora Vozes, 1992. Relação do Piloto Anônimo.

SANCHES DE BAENA, Visconde – *Resenha Genealógica da família de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, 1883.

